

305

A TRAJETÓRIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL - FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO. Bianca Guaranha Kreisner, Paula Xavier Machado, Gabriela Nassif Azen Azevedo, Júlia Ilenir Martins e Sílvia Helena Koller (Instituto de Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia do

Desenvolvimento, UFRGS e Coordenadoria e Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude, Ministério Público).

O presente estudo objetivou levantar aspectos gerais relativos ao fenômeno da violência sexual e avaliar a organização e eficácia das redes de apoio às crianças e aos adolescentes vítimas de violência no atendimento dos casos a fim de subsidiar ações de caráter preventivo e de intervenção. Através de pesquisa documental analisou-se todos os expedientes de casos de violência sexual ajuizados pela Coordenadoria das Promotorias da Infância e Juventude de Porto Alegre - Ministério Público - no período de 1992 a 1998. Para a coleta dos dados utilizou-se uma ficha de registro contendo informações sobre vítima, violência sexual, agressor, família, Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, outras instituições envolvidas. Os resultados obtidos com relação ao perfil da vítima e do agressor concordam com a literatura atual, na qual o maior nº de crianças abusadas é do sexo feminino e em 90% dos casos os agressores são homens adultos exercendo a função paterna. As informações também mostram que esses casos estão relacionados com negligência, violência física e psicológica familiar, além de fatores de risco como a miséria econômica e afetiva e a dependência química. Evidenciou-se que, na maioria dos casos, a violência sexual já é do conhecimento dos familiares, entretanto a denúncia se efetiva por motivos diversos do ato em si. Em relação ao atendimento efetuado pela rede, evidenciou-se que o abuso sexual é ignorado, sendo que as intervenções se dão em função de outras violações. Desta forma, não há acompanhamento, avaliação e atendimento adequado. Bem como, os agressores dificilmente são punidos criminalmente. Como consequência, na maioria dos casos, as crianças são abrigadas e o(s) pai(s) destituídos do pátrio poder. Os dados mostraram a necessidade emergente de criar serviços especializados de atendimento e capacitar os profissionais que trabalham com essas crianças e com suas famílias, permitindo-lhes obter uma compreensão real dos casos, bem como conduzir uma intervenção adequada. (CNPq/UFRGS, PET/CAPES).